

ENTRE SUJEITO DE DIREITO E OBJETO DE LEI: PRÉ-CONSTRUÍDO NO DISCURSO DE *MULHERES QUE ABORTARAM*

MILLAINÉ DE SOUZA CARVALHO¹; LUCIANA IOST VINHAS²

¹Universidade Federal de Pelotas – millainedescarvalho@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lucianavinhas@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, muitas mulheres morrem anualmente vítimas de aborto clandestino. O Código Penal (CP) brasileiro criminaliza a prática de interrupção de uma gestação, fazendo com que, para interromper uma gravidez indesejada, as mulheres recorram a clínicas clandestinas e/ou a outros meios ilegais para adquirir medicamentos considerados abortivos. Como consequência disso, todos os anos, mulheres brasileiras morrem durante o procedimento de aborto, em decorrência deste ou precisam ser internadas em estado grave.

Como demonstram os dados da Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), realizada, em 2016, pelo Anis-Instituto de Bioética e pela Universidade de Brasília (UnB), o aborto é frequente na vida das mulheres brasileiras. Para ouvir histórias de aborto, o Anis, com o apoio da Think Olga, lançou, em 2017, uma campanha intitulada “Eu vou contar”. Através dessa campanha, divulgada, principalmente, por meio da rede social virtual Tumblr, o instituto convida mulheres, cujo procedimento de aborto tenha ocorrido há mais de oito anos, a contarem suas histórias.

O perfil dessa campanha, no Tumblr, registra um vasto conjunto de histórias de mulheres, que, em sua maioria, abortaram no Brasil. Mulheres que, impedidas legalmente de abortar, realizaram abortos em clínicas clandestinas e/ou através de medicamentos considerados abortivos. A partir de Sequências Discursivas (SDs) de textos publicados no Tumblr da campanha, ou seja, de depoimentos de mulheres que realizaram o procedimento, a presente pesquisa busca compreender, com base na Análise de Discurso (AD) pêcheuxtiana, como as relações de sentido estabelecidas via pré-construído no discurso das mulheres influenciam e são influenciadas no/pelo imaginário de *mulher que aborta*, colocado em circulação através das histórias.

2. METODOLOGIA

A pesquisa está embasada na AD pêcheuxtiana, dispositivo teórico-analítico baseado em pressupostos do Materialismo Histórico, da Linguística e da Psicanálise. O sujeito discursivo se constrói na interface entre o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Por influência do Materialismo, o sujeito é interpelado, ideologicamente assujeitado, produto de determinações. Pelo viés da Psicanálise, o sujeito passa a ser, também, dividido, pois é dotado de inconsciente. O sujeito discursivo se constitui na relação com o simbólico e duplamente afetado pelo inconsciente e pela ideologia.

Os já-ditos que determinam o que dizemos configuram, em AD, o que se entende como interdiscurso. Diferentemente do interdiscurso, que é saturado, a memória discursiva é lacunar e corresponde, assim, a uma determinada região do interdiscurso (INDURSKY, 2011). É dizer: é lacunar, porque nela mesma se encontra a marca do esquecimento, de modo que o memorável não é do controle do sujeito. O esquecimento nº. 2 é do nível “pré-consciente-consciente” e produz,

no sujeito, a ilusão de ter “selecionado” as melhores formas e sequências para enunciar. O “sistema inconsciente” caracteriza o esquecimento nº. 1, o qual é resultado do modo como somos afetados pela ideologia. A partir deste, o sujeito acredita ser a origem do dizer, embora enuncie a partir de já-ditos.

Uma das formas de materialização da memória no discurso é via pré-construído, que é “uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 89), funcionamento que demonstra a ascendência dos processos ideológicos-discursivos em relação ao sistema da língua, expondo o limite de sua autonomia. Através da operação de encaixe sintático posta por uma oração subordinada restritiva determinativa, é possível reparar nos limites entre o vem de outro lugar e o que está linearizado no discurso.

A partir do *corpus*, serão analisados os efeitos de sentido materializados linguisticamente por estas mulheres. Atentando à dimensão ideológica dos processos de significação, será possível reparar nos saberes do interdiscurso que, atravessados por um “imaginário forjado historicamente” (ERNST, 2007, p. 135), ecoam no discurso das mulheres via pré-construído. Tendo em vista o objetivo deste trabalho, foram selecionadas três SDs, de três histórias diferentes, para serem colocadas em relação com o interdiscurso. São estas:

SD1 (história 8): Eu não queria passar por isso, só que lia as pessoas dizendo que uma mulher que faz aborto nesses casos é egoísta. Eu não sou egoísta, ao contrário, estava pensando no melhor para todos nós. Só que isso me perturbava. Eu rezei muito, pedi perdão, mesmo ainda tendo muita raiva de Deus. Eu tinha escolha, aquilo não era um destino de sofrimento. Eu resolvi fazer o aborto.

SD2 (história 44): [...] eu tomei a decisão de que eu ia fazer o aborto [...] Todo o mundo da minha família foi no hospital e ainda teve gente da minha família que me chamou de assassina. Eu errei, eu não vou dizer que eu não errei, mas eu queria saber quem é que não errou. Bem, mas aí eu fiz a curetagem, no hospital ninguém me tratou mal, porque eu já estava quase morrendo, eu acho, né? Mas eles me perguntaram se eu tinha provocado o aborto, eu não sou besta, né? Eu disse “não”, e aí eles me disseram, “a gente não aceita mulher que provocou aborto”. Você acredita nisso? Eu ouvi isso: “a gente não aceita mulher que provocou aborto”.

SD3 (história 47): Já no hospital, eles já vieram logo dizendo que aquilo era um aborto provocado, que eles sabiam tudo e que a culpa era minha, que não gostavam de mulher que faz aborto. Lembra bem, eu tinha 13 anos, não gostavam de mulher que faz aborto, que era tudo bem feito, que a culpa era minha e que eles não podiam fazer nada por mim, eles não deram um remédio pra dor e me mandaram de volta pra casa.

Nessas SDs, é possível reparar na presença de pré-construídos materializados nos discursos das mulheres. Sendo assim, é necessário observar o dito em relação com o ‘já-dito’, uma vez que este determina materialmente as possibilidades de dizeres em uma situação enunciativa dada, embora o deslocamento da memória, afetada pelo esquecimento, permita a reformulação de dizeres.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Afetado pelo esquecimento n. 1, o sujeito acredita ser a fonte de seu dizer. Através das SDs em análise, é possível reparar que, no fio do discurso, inscrevem-se discursos-outros (AUTHIER-REVUZ, 2004). Na SD1, via discurso relatado, a mulher conta ter ouvido: “uma mulher que faz aborto nesses casos é

egoísta”. Essa oração tem, em seu interior, uma oração subordinada relativa determinativa, operação de encaixe sintático ligada ao pré-construído. Dando lugar, explicitamente, ao discurso outro sob a forma de discurso direto, a mulher que enviou a história 44 conta o que ouviu no hospital: “a gente não aceita mulher que provocou aborto”. No interior desse enunciado, temos, novamente, uma relativa determinativa, que estabelece relações entre o que está linearizado no discurso do sujeito e o que vem de um outro lugar, do interdiscurso, sobre a forma de pré-construído.

Assim como na SD1, na SD3, a autora da história lineariza, em seu discurso, sob a forma indireta, o discurso de um outro, que disse não gostar de *mulher que faz aborto*. Novamente, temos uma relativa determinativa no interior do discurso relatado, estrutura que remete, mais uma vez, a saberes do interdiscurso, que ecoam no discurso das mulheres, nos permitindo observar que os sentidos pré-existem ao sujeito. Ainda, diferentemente do que se pode observar na SD3, na SD1, há a negação da relação entre o referente – *mulher que faz aborto* – e o predicativo do sujeito *egoísta*; há a negação desse pré-construído. Através da SD3, também, é possível reparar em um processo discursivo de individualização do sujeito. Ao culpabilizar unicamente a mulher pelo procedimento, se nega que o sujeito discursivo é produto de determinações sócio-histórico-ideológicas.

Reparando nos sentidos materializados nas SDs, é possível notar a existência de saberes pré-construídos sobre *as mulheres que abortam*. Na formação ideológica brasileira, determinada pelo estado da luta de classes, a Formação Discursiva (FD) conservadora – dominante no Brasil – determina o que pode e deve ser dito sobre *as mulheres que abortam*. A construção interdiscursiva do referente *mulher que aborta*, relação que se dá por “obviedade”, afeta todas as FDs sob o efeito de evidência produzido pela ideologia, que, na AD, é entendida como a relação, sempre imaginária, do sujeito com as suas condições materiais de existência (PÊCHEUX, 2009 [1975]).

Na SD1, notamos que o predicativo do sujeito que adjetiva o referente *mulher que aborta* é *egoísta*. Na SD2, o referente é significado pelo adjetivo *assassina*, enquanto que, na SD3, a mulher é *culpada*. No nível da língua, os saberes interdiscursivos sobre *mulher que aborta* são materializados via pré-construído, que é instaurado sob o seu efeito de evidência. Nas SDs em análise, vemos o discurso outro sob diferentes formas. As sequências são construídas e atravessadas por discursos vindos de um outro lugar, assim, vemos o interdiscurso materializado no intradiscurso.

Os discursos constroem uma rede significativa sobre *mulheres que abortaram*, colaborando para as construções imaginárias *de mulher que aborta*. O processo discursivo de materialização do interdiscurso via pré-construído é atravessado por construções imaginárias. Os “já-ditos”, que apontam para as possibilidades de dizeres no fio do discurso, são determinados por processos discursivos anteriores, dos quais resultam as representações imaginárias de *mulher que aborta*, forjadas historicamente. Via relações imaginárias, as mulheres, como é possível notar através das SDs, são constituídas pelo Outro – Outro da linguagem e Outro da historicidade.

4. CONCLUSÕES

Considerando o objetivo deste estudo, selecionei três SDs, sobre as quais me dediquei a dessuperficializar os possíveis efeitos de sentido estabelecidos via pré-construído. Atentando à dimensão ideológica dos processos de significação,

foi possível notar como as relações de sentido estabelecidas via pré-construídos são influenciadas pelas construções imaginárias de *mulher que aborta*. Tais construções, colocadas em circulação através das histórias, ainda, influenciam no imaginário de *mulher que aborta*.

Não há, no sistema jurídico brasileiro, deliberação sobre quando inicia a vida. Na área de ciências da saúde, tampouco há consenso sobre a partir de quando se deve reconhecer um embrião como um ser humano. Religiosos defendem que há vida desde a fecundação. Com base nesse entendimento, ortodoxos caracterizam o aborto como uma forma de desrespeito ao 6º mandamento bíblico - Não matarás; dito de outro modo, o aborto, do ponto de vista cristão, é comparado a homicídio. Na formação social brasileira, as posições político-ideológicas assumidas pela FD conservadora determinam socialmente os discursos sobre o aborto e têm implicações sobre o tratamento dado ao tema.

Embora o Brasil seja um estado laico, discussões religiosas irrompem sob o cenário legislativo. Em embates políticos como este, é notável a força institucional das igrejas, sobretudo a católica e as evangélicas, como Aparelhos Ideológicos de Estados. Valendo-se da assertiva religiosa de que há uma verdade sobre quando inicia a vida e atrelando o aborto a pecado, as igrejas, baseadas em critérios teológicos, condenam radicalmente qualquer prática relacionada à interrupção de uma gestação, em destaque, o aborto. O discurso religioso, assim, culpabiliza a mulher em caso de aborto. Através das análises, foi possível notar como esses sentidos atravessam as construções imaginárias de *mulher que aborta* e irrompem no fio do discurso.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____.

Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido.

Tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BRASIL. Decreto-lei n. 2. 848, de 07 de setembro de 1940. Código Penal brasileiro. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 18 dez. 2018.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa nacional de aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 653-660. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v22n2/1413-8123-csc-22-02-0653.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise de discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 67-.89.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009 [1975].